-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

A respeito de divulgação de informações por parte das empresas, julgue os itens a seguir.

- 51** Nas demonstrações contábeis, as contas que necessitarem de notas explicativas devem fazer referência a estas.
- 52** Segundo a Orientação Técnica CPC 9 — Relato Integrado, são seis as categorias de estoques de valor que aumentam, diminuem ou se transformam por meio de atividades e produtos da organização: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento, e natural; porém nem todas são igualmente relevantes e aplicáveis a todas as organizações.
- 53** Na demonstração do valor adicionado, a depreciação contabilizada no período deve ser divulgada como retenção de riqueza, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado.
- 54** Na demonstração dos fluxos de caixa, o dinheiro entregue como adiantamento para aumento de capital pelos sócios e que não será devolvido deve ser classificado no fluxo de caixa de financiamento.
- 55** Uma sociedade anônima de capital aberto com títulos transacionados no Brasil está obrigada a elaborar suas demonstrações financeiras em concordância somente com as normas emanadas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, independentemente do setor de atuação.

Julgue os itens subsecutivos, em relação a procedimentos de contábeis.

- 56** Em demonstrações contábeis consolidadas, as participações de não controladores devem ser apresentadas fora do patrimônio líquido de maneira a separar o capital de controladores e de não controladores, haja vista que, sob a ótica do controlador, a participação do não controlador representa uma obrigação para a entidade consolidada.
- 57** A depreciação de um ativo normalmente deve ser reconhecida no resultado, contudo, quando faz parte dos custos de obtenção de outro ativo, como estoques de produtos em elaboração ou ativos intangíveis, deve ser incorporada ao valor contábil desse ativo.
- 58** Conforme o pronunciamento técnico do CPC referente a estoques, as empresas da área de comércio ou da área de indústria precisam utilizar como critério de valoração de estoque o UEPS (último que entra é o primeiro que sai), tendo em vista a desvalorização da moeda no tempo.
- 59** No subgrupo do ativo intangível do grupo dos ativos não circulantes, são exemplos a serem classificados: os itens relacionados às marcas, às patentes, aos gastos com desenvolvimento de produtos, e as respectivas depreciações.
- 60** A conta de prejuízos acumulados pode ser objeto de contabilização quando forem necessários ajustes contábeis retrospectivos em seus saldos de abertura.
- 61** Conforme o Pronunciamento Técnico PME — Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, uma pequena empresa é aquela que tem receita bruta anual entre R\$ 180.000 e R\$ 4.800.000.

Acerca da apresentação das demonstrações financeiras, julgue os próximos itens.

- 62** No caso de uma entidade entrar em processo de liquidação, as demonstrações contábeis devem ser elaboradas no pressuposto de não continuidade e os ativos mensurados por valor de liquidação, valor justo líquido das despesas de venda e custo histórico, nessa ordem.
- 63** Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 00 — Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, a informação financeira atinge a qualidade fundamental de ser representação perfeitamente fidedigna quando é completa, neutra e isenta de erros, dessa forma, segundo o CPC, obtém-se a perfeição na representação dos fatos reportados.
- 64** Com o passar do tempo, podem ocorrer mudanças nas estimativas contábeis utilizadas no registro de fatos econômicos; tais mudanças não são consideradas como erros na contabilidade.
- 65** As práticas específicas aplicadas pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis são consideradas como um dos itens de políticas contábeis, assim como os princípios e as convenções contábeis aplicados.

Julgue os itens subsecutivos, a respeito de ativos e passivos.

- 66** Um exemplo de ativo para uma entidade é o benefício de compensar um prejuízo fiscal para recuperar o tributo corrente de um período anterior.
- 67** A definição de ativo compreende os direitos que uma entidade possui, mas que não correspondem à obrigação de outra parte; por exemplo, direitos de receber caixa ou produtos e serviços.
- 68** Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 00 — Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, ativo é um item que deve ter a capacidade de gerar benefícios econômicos no presente, sendo originário de transações futuras, exista ou não a propriedade do ativo em termos legais.
- 69** Uma entidade deve reconhecer e divulgar todos os seus passivos, inclusive os contingentes.

Julgue os itens que se seguem, com base no disposto no Pronunciamento Técnico CPC 00 — Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

- 70** Uma das principais finalidades dos relatórios financeiros para fins gerais é apresentar o valor da entidade que reporta.
- 71** Um relatório financeiro para fins gerais tem por objetivo fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta e que sejam úteis para a sociedade em geral bem como para o Estado na tomada de decisões de como direcionar recursos econômicos para a entidade.
- 72** No pronunciamento técnico em questão, foi estabelecido que o objetivo das demonstrações contábeis é diferente do objetivo dos relatórios financeiros para fins gerais.
- 73** O referido pronunciamento técnico considera que a forma legal e a essência econômica são sempre as mesmas, por isso, é possível que a representação fidedigna seja plenamente atingida.
- 74** Os relatórios financeiros para fins gerais têm capacidade de fornecer as informações de que necessitam os investidores, os credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, não sendo necessário que estes considerem outras informações de outras fontes, ainda que pertinentes.

Quanto a despesa e receita pública, julgue os itens a seguir, com base no **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**, 9.ª edição.

- 75** Receitas de capital, assim como receitas correntes, provocam efeitos sobre o patrimônio líquido do ente público, mas somente as receitas correntes aumentam as suas disponibilidades financeiras.
- 76** Receitas decorrentes da venda de bens imóveis são classificadas como receitas patrimoniais.
- 77** Existem casos em que se apropria a variação patrimonial diminutiva antes da liquidação da despesa orçamentária, mas nunca depois, uma vez que seria irregular o pagamento da despesa sem sua prévia liquidação.
- 78** O registro da previsão da receita orçamentária gera lançamento a débito em conta da Classe 5, em contrapartida a crédito em conta da Classe 6.
- 79** O pagamento do principal de operações de crédito é classificado como despesa orçamentária de capital, exceto se for uma operação de crédito de antecipação de receita orçamentária.
- 80** Empenho estimativo é aquele utilizado para as despesas contratuais de valor determinado, mas sujeitas a parcelamento.

No que se refere ao patrimônio público e à sua composição, julgue os seguintes itens, à luz do que dispõe o MCASP, 9.ª edição.

- 81** Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
- 82** No passivo financeiro, estão compreendidas as dívidas fundadas que dependam de autorização legislativa para amortização.
- 83** Um passivo contingente, ao contrário das provisões, não deve ser formalmente reconhecido em conta contábil do passivo, seja porque é improvável a saída de recursos ou por não ser possível estimar com confiança o valor da obrigação.
- 84** No processo de concessão de suprimentos de fundos, a variação patrimonial diminutiva ocorre somente quando da prestação de contas do suprido.
- 85** O reconhecimento de uma receita orçamentária decorrente do IPTU ocorrerá no momento da sua arrecadação, porém a variação patrimonial aumentativa já terá ocorrido antes, por ocasião da ocorrência do fato gerador, e a arrecadação consistirá somente em fato permutativo.

Com base no MCASP, 9.ª edição, julgue os próximos itens, relativos à mensuração de ativos.

- 86** Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registrado a preço de mercado e o valor contábil é aumentado ou reduzido conforme o patrimônio líquido da investida aumente ou diminua em contrapartida à conta de resultado.
- 87** Quando se tratar de estoques, o valor realizável líquido deverá equivaler ao valor justo deduzido dos gastos necessários para vender.
- 88** Gastos da fase de pesquisa, como formulação e seleção de alternativas para possíveis novos produtos, podem ser reconhecidos no ativo intangível, desde que demonstrada a sua compatibilidade com os valores de mercado.
- 89** Terrenos e edifícios são ativos separáveis e, portanto, devem ser contabilizados separadamente, mesmo quando adquiridos conjuntamente.
- 90** O aumento do valor contábil do ativo decorrente de reversão da perda por redução ao valor recuperável não deve exceder o valor contábil que teria sido determinado, já líquido de depreciação, caso nenhuma perda tivesse sido reconhecida para o ativo em períodos anteriores.

Acerca das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os itens a seguir.

- 91** Recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado são classificados como atividades de investimento da demonstração de fluxo de caixa.
- 92** Os créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior e reabertos no exercício atual devem constar do quadro principal do balanço financeiro do exercício atual e não do balanço orçamentário, uma vez que o efeito orçamentário deve ser restrito ao exercício original de abertura.
- 93** O resultado financeiro apurado no balanço financeiro, se positivo, poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais no exercício seguinte ao da apuração.
- 94** As contas de compensação, ou de controle, que representam os atos potenciais ativos e passivos, devem ser demonstradas em quadro auxiliar do balanço patrimonial.

Julgue os itens subsequentes, de acordo com o funcionamento do Sistema de Contabilidade Federal, da Conta Única do Tesouro Nacional e do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

- 95** A Conta Única do Tesouro Nacional é mantida no Banco do Brasil S.A.
- 96** Se uma unidade gestora acessa o SIAFI na forma *offline*, então o sistema não substituirá a contabilidade do órgão.
- 97** A conformidade dos registros de gestão consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações.

Em relação a tributos, julgue os seguintes itens.

- 98** Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- 99** Impostos, taxas e contribuições de melhorias são espécies tributárias; suas definições decorrem da análise de duas variáveis: o fato gerador e a destinação que se dá à arrecadação de cada uma delas, sendo as variáveis vinculadas ou não vinculadas em relação ao Estado.
- 100** Imposto é tributo cujo fato gerador exige a participação do Estado para que o contribuinte realize o fato gerador.
- 101** Taxa é tributo vinculado quanto ao fato gerador e necessita da participação do Estado na sua realização na forma de prestação de serviço público específico e divisível.
- 102** Tanto o imposto quanto a contribuição de melhoria são tributos vinculados ao Estado no que se refere ao fato gerador e ao produto de arrecadação.
- 103** Contribuição de melhoria é tributo vinculado quanto ao fato gerador, e a atuação do Estado deve consistir na construção de uma obra pública, da qual decorra valorização imobiliária em favor do contribuinte.

Julgue o item que se segue em relação ao tratamento contábil aplicável aos impostos e às contribuições, conforme o **Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público** (MCASP).

104 A maioria das variações patrimoniais aumentativas (VPA) das entidades do setor público decorre de transações sem contraprestação, exceto as relativas aos tributos.

Com base na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.234/2012, julgue os itens a seguir.

105 Os valores retidos na fonte a título de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), contribuição para o PIS/PASEP e contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) que excederem ao valor da respectiva contribuição a pagar no mesmo mês de apuração poderão ser restituídos ou compensados com débitos relativos a outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

106 No âmbito da administração pública federal, as fundações federais estão entre os obrigados a efetuar as retenções na fonte do imposto sobre a renda (IR), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) e da contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

107 Nos pagamentos efetuados às instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, serão retidos os valores correspondentes ao imposto sobre a renda (IR) e as contribuições de que trata a referida instrução normativa.

108 Os valores retidos na fonte relativos a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), PIS/PASEP e contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) só poderão ser deduzidos com o que for devido em relação à mesma espécie de contribuição e no mês de apuração a que se refere a retenção.

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 971/2009, julgue o próximo item.

109 A base de cálculo da contribuição social previdenciária dos segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é o valor sobre o qual incide uma alíquota definida em lei para determinar o montante da contribuição devida, ou seja, é o salário de contribuição, observados os limites mínimo e máximo.

Em relação ao imposto de renda, julgue o item subsequente.

110 De acordo com o MCASP, o imposto de renda não se inclui entre as obrigações tributárias e contributivas, que são despesas orçamentárias decorrentes do pagamento de tributos e contribuições sociais e econômicas.

Com base na Lei Complementar n.º 116/2003, referente ao imposto sobre serviços (ISS), julgue o item que se segue.

111 O ISS, de competência dos municípios e do Distrito Federal, não incide sobre a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados.

De acordo com a legislação aplicada ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), julgue o próximo item.

112 O exercício financeiro do Fundo PIS-PASEP corresponde ao período de 1.º de janeiro de cada ano a 31 de dezembro do ano subsequente.

De acordo com o MCASP, a contribuição previdenciária patronal, de ônus do próprio ente, constitui uma despesa intraorçamentária para o ente e uma receita intraorçamentária para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Com base na legislação que dispõe sobre contribuição previdenciária, julgue os itens a seguir, referentes a lançamentos contábeis hipotéticos indicados para a situação regular (em dia) da contribuição patronal pelo ente.

113 Para o reconhecimento da obrigação patrimonial referente à contribuição patronal pela ocorrência do fato gerador (mês de competência encerrado), o lançamento correto a ser efetuado é o seguinte.

Natureza da informação: patrimonial

D 3.1.2.1.2.xx.xx Encargos Patronais – RPPS – Intra OFSS

C 2.1.1.4.2.xx.xx Encargos Sociais a Pagar – Intra OFSS (P)

114 O lançamento de pagamento é corretamente efetuado como a seguir.

Natureza da informação: patrimonial

D 2.1.1.4.2.xx.xx Encargos Sociais a Pagar – Intra OFSS (F)

C 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.3.04.xx Crédito Empenhado Liquidado Pago

C 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

Natureza da informação: controle

D 8.2.1.1.3.xx.xx DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

C 8.2.1.1.4.xx.xx DDR Utilizada

115 O lançamento de empenho é corretamente feito da seguinte forma.

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar Natureza da despesa: 3.1.91.13

Natureza da informação: patrimonial (reclassificação do passivo)

D 2.1.1.4.2.xx.xx Encargos Sociais a Pagar – Intra OFSS (P)

C 2.1.1.4.2.xx.xx Encargos Sociais a Pagar – Intra OFSS (F)

Natureza da informação: controle

D 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)

C 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

C 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação

116 O lançamento de liquidação é corretamente efetuado da seguinte maneira.

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

C 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação

Natureza da informação: controle

D 8.2.1.1.3.xx.xx DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

C 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho

No que diz respeito à declaração do imposto sobre a renda retido na fonte (DIRF), julgue o item seguinte.

117 Na DIRF devem ser informados: os rendimentos pagos a pessoas físicas domiciliadas no Brasil; o imposto sobre a renda e contribuições retidos na fonte, dos rendimentos pagos ou creditados para seus beneficiários; o pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa a residentes ou domiciliados no exterior; e os pagamentos a plano de assistência à saúde — coletivo empresarial.

A respeito do eSocial, julgue o item subsequente.

118 Estão obrigados a enviar informações por meio do eSocial todos os que contratarem prestador de serviço pessoa física e possuam alguma obrigação trabalhista, previdenciária ou tributária, em função dessa relação jurídica de trabalho, inclusive se tiver natureza administrativa.

Com relação à Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), julgue o item subsequente.

119 O prazo mensal para a entrega da GFIP é o dia 5 do mês seguinte ao da ocorrência dos fatos geradores.

De acordo com o **Manual de Orientação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**, ano-base 2021, é responsabilidade do empregador corrigir as informações da RAIS antes de efetuar a sua entrega, para não prejudicar o empregado no recebimento do abono salarial previsto no art. 239 da Constituição Federal de 1988. Com relação à RAIS, julgue o próximo item.

120 Nas hipóteses de atraso na entrega da RAIS, não entrega da RAIS ou entrega com erros ou omissões, a lavratura do auto de infração, com ou sem a aplicação de multa, isenta o empregador da obrigatoriedade de prestar as informações requeridas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Espaço livre